

*ESPAÇO E TEMPO: REFLEXÕES SOBRE OS AGENTES MODELADORES DO
URBANO NA AMAZÔNIA BRASILEIRA*

RESUMO

Este trabalho se propõe a investigar a dinâmica territorial urbana da Amazônia brasileira, tendo como suporte um estudo de caso apoiado no estado de Roraima, a fim de entender esse movimento numa região de fronteira. Acrescentamos que essa análise busca verificar as singularidades que se apresentam nessa fronteira, como um processo diferenciado de ocupação e povoação do restante da região amazônica. Um estudo dessa natureza, em que se define a necessidade de examinar a dinâmica territorial urbana de Roraima, apresenta-se com a seguinte finalidade: buscar entender a origem e a constituição do urbano, através do princípio de ocupação nos séculos XVII e XVIII, da atividade pecuária nos séculos XVIII, XIX e XX e da formação do lugar Boa Vista, que desencadeia a organização territorial do presente.

Palavras-chave: Amazônia; dinâmica; fronteira; Roraima

ABSTRACT

This work examines the urban territorial dynamics of the Brazilian Amazon based on a case study in the state of Roraima in order to understand this movement in a frontier region. Moreover, the analysis shows the singularities that occur in this border as a distinctive process of occupation and peopled in the remaining of the Amazon region. Such study has the following aim: to search for the urban origin and setting up through the occupation's assumptions in the 17th and 18th centuries, the cattle breeding activities in the 18th, 19th and 20th centuries and also the formation of Boa Vista place that unchains its present territorial organization.

Key-words: Amazon; dynamics; frontier; Roraima

RESUMEN

Este estudio tiene como objetivo investigar la dinámica urbana en la Amazonía brasileña, con el apoyo de un estudio de caso del estado de Roraima, con el fin de entender este movimiento en una región fronteriza. Añadimos que este análisis tiene como objetivo verificar las singularidades que se presentan en esta frontera como un proceso diferenciado de la ocupación y la colonización del resto de la región amazónica. Un estudio de esta naturaleza, que define la necesidad de examinar la dinámica del urbano de Roraima, se presenta con el siguiente propósito: tratar de entender el origen y la formación de las zonas urbanas a través del principio de la ocupación en los siglos XVII y XVIII, la actividades ganaderas en los siglos XVIII, XIX y XX y la formación de lugar Boa Vista, lo que desencadena la organización territorial de este.

Palabras clave: Amazonas; dinámica; fronteras; Roraima

Paulo Rogério de Freitas Silva
paulgeografia@gmail.com
Professor doutor do IGDEMA –
Instituto de Geografia,
Desenvolvimento e Meio
Ambiente – Programa de Pós-
Graduação em Geografia –
Mestrado -
UFAL – Universidade Federal
de Alagoas

INTRODUÇÃO

Apontamos que para entendermos a dinâmica territorial urbana de Roraima, colocamos a complexidade genética do urbano como ponto de partida, devido favorecer o entendimento de parte dessa dinâmica e da estrutura atual, já que como coloca Corrêa (2001), “[a] rede urbana brasileira é constituída por um conjunto de centros datados de diversos momentos. Coexistem no mesmo espaço cidades criadas na primeira metade do século XVI, no início da colonização, e cidades nascidas na década de 1980, enquanto outras mais são criadas no início do século XXI, na ainda não esgotada “fronteira do capital”, a Amazônia. Além do mais, como destaca Corrêa (2001), complexidade genética, “(...) traduz-se também pela diferenciação entre os centros urbanos no que se refere aos agentes e propósitos imediatos da criação”.

Sobre a criação de cidades, nos amparamos também em Beaujeu-Garnier (1997), quando esta assinala que para a constituição das mesmas, correspondem três motivos possíveis: econômicos, políticos e defensivos. Esse último sendo considerado como um sub-aspecto dos políticos. Assim, cada cidade encontra-se marcada, desde a sua origem, - e por vezes de maneira indelével – pela escolha inicial.

Esses vetores determinantes resultam do tempo histórico e produzem um arranjo territorial, adquirindo uma feição e formalizando uma hierarquização entre os centros urbanos existentes a partir da realidade imposta, como no contexto roraimense, quando esses três motivos, ressaltados por Beaujeu-Garnier (1997), encontram-se claramente delimitados na realidade local, integrando-se ao momento histórico que, por sua vez, pode ser um determinante econômico, tal como os garimpos, ou político, a exemplo do evento rodoviário e dos projetos de colonização e dos defensivos como os pelotões militares de fronteira.

Assim, a ideia de surgimento se compromete com formação, origem e constituição, sendo essas condições o princípio da consolidação do urbano roraimense como lugar de concentração da população, após essa ter permanecido nas aldeias, nas fazendas, nas corrutelas e nos povoados.

Para Munford (1991):

Antes da cidade, houve a pequena povoação, o santuário e a aldeia; antes da aldeia, o acampamento, o esconderijo, a caverna, o montão de pedras; e antes de tudo isso, houve certa predisposição para a vida social que o homem compartilha, evidentemente, com diversas outras espécies animais.

Da mesma forma, porém na visão de Guimarães (2004), “Inicialmente aparecem o bando de caça. Depois, surgiu a aldeia e finalmente, a cidade.”

Observamos que os dois autores fazem um tipo de evolução, que em Roraima, pode-se propor que se encontra em formação. Podemos considerar que ainda se integra à modernidade urbana de Boa Vista com o que há de mais primitivo na aldeia indígena, como o simples hábito de se vestir, ausente no grupo Yanomami, a uma relativa pequena distância de uma cidade que pode ser considerada global.

São seres humanos que se integram pelas necessidades individuais. O índio vai à cidade, o urbano vai à aldeia, condição comum, entre os índios Macuxis, Taurepang, Wapixana, Waimiri-atroari, entre outros, que vivem o urbano e o rural numa correlação entre o moderno e o primitivo, fazendo uma integração que formaliza uma sociedade num processo de urbanização no sentido do impacto dos hábitos urbanos na aldeia.

Assim as cidades, como hoje se organizam em Roraima, é a modernização da “maloca”, único tipo de aglomerado da região no passado. Tendo sido essas um

adensamento onde se concentravam os rituais de um povo que hoje se integra e se reúne na cidade a partir do parentesco e não da impessoalidade do aglomerado moderno que tem expressão na cidade cosmopolita.

Para se ter um exemplo dessa realidade, Ferri (1990), ressalta que, “Boa Vista é a maior maloca de Roraima”. Porém, esta se distingue de uma aldeia não pela extensão, nem pelo tamanho, mas como coloca Goitia (1982), pela presença de uma alma de cidade, porque o verdadeiro milagre ocorre quando nasce a alma de uma cidade.

Acrescentamos que essa alma pode ser definida através de diversas formas. Como para Clarck (1991), que coloca que “(...) a cidade é uma unidade de análise consistindo em um conjunto de edifícios, atividades e população conjuntamente reunidos no espaço.”

Essa pode ser a forma que Clarck encontrou para definir essa alma oculta, pois ela pode estar integrada a esse conjunto de artifícios onde se destaca o humano, transitando num processo de relações que desencadeia na mais complexa forma de vida humana na terra, obrigando a uma série de iniciativas e normas.

Seguindo essa lógica de reflexão, verificamos que Santos (2005) coloca que a cidade é “(...) o teatro de conflitos crescentes como o lugar geográfico e político da possibilidade de soluções”.

Propomos que cidade seja um aglomerado físico, com suas formas particulares, habitadas por pessoas de diversas origens, onde interagem e almejam melhores condições de vida.

Mas, oficialmente, a cidade hoje no Brasil é simplesmente concebida, segundo o IBGE (2000), como “localidade de mesmo nome do município a quem pertence (sede municipal) e onde está sediada a respectiva prefeitura”.

Colaborando com essa discussão, Geiger & Davidovich (1961), afirmam que os “critérios oficiais de cidade variam de um país a outro: no Brasil, o conceito oficial de cidade é de caráter político-administrativo: são as sedes de municípios (...)”.

O que nos leva a questionar algumas cidades roraimenses, sobre o que pode significar esses lugares com o *status* de sede municipal, já que algumas apresentam características mais rurais que urbanas. Mas, quem nos responde é Ferreira *et ali* (1977), quando coloca que:

Numa região como a Amazônia, onde a rarefação populacional é um aspecto predominante, qualquer aglomerado humano merece uma atenção especial pela sua razão de ser. Assim, para existir concentração populacional numa região onde o homem exerce atividades extrativas extensivas, é porque algum interesse maior foi capaz de fixá-lo e agrupá-lo ali.

Assim, surge o nosso interesse em investigar os determinantes para o surgimento das cidades de Roraima, desde o século XVII.

O ADVENTO DO URBANO NO VALE DO RIO BRANCO

A instituição do que seriam no futuro as cidades de Roraima se deu, em princípio, através, de uma linha de penetração, utilizando os rios. O evento rodoviário reedita depois o mesmo trajeto fluvial cortando o território de norte a sul e também, em parte, de leste a oeste.

Compreendemos que há na realidade roraimense, notáveis descontinuidades no *front* de ocupação. Para Barros (1995), existem,

Áreas que são extremas e são exploradas, e áreas mais próximas a vias de

transporte e centros populacionais, inexploradas. Não há uma expansão concêntrica do front de ocupação, assim como antigos pontos de exploração podem vir a desaparecer, talvez para sempre, como é o caso de garimpos.

Essa realidade é definida a partir de diferentes determinantes, porém caracterizamos como os mais importantes, o princípio da ocupação desde o século XVII, passando pela pecuária, pelo garimpo, destacando a criação do território federal, com os primeiros esforços de colonização dirigida com os períodos de planos de integração, concluindo com a instalação de pelotões militares na fronteira.

Sendo assim, como destaca Barbosa (1993 – 2), o processo se inicia.

O PRINCÍPIO DA OCUPAÇÃO NOS SÉCULOS XVII E XVIII – CÉLULA-MATER DO URBANO EM RORAIMA

Nesse ínterim, em que se inicia uma análise sobre a ocupação e urbanização do estado de Roraima, torna-se necessário realizar um apêndice entre essa categoria e os processos determinantes, como forma de resgatar, através de uma periodização, essa complexidade. Há de se ressaltar a realidade do lugar, região isolada e fronteiriça, em processo de ocupação espontânea e induzida.

Nessa construção, destacamos que na conquista da região existem períodos obscuros, em que as notícias são imprecisas e mesmo contraditórias. Dessa maneira, verificam-se algumas lacunas e imprecisões em algumas informações.

Um aspecto singular referente a Roraima foi e é a sua posição excêntrica, analisada por Barros (1995), em relação aos sistemas de fluxos que prevaleceram no Brasil, pois este território esteve sempre no limite da penetração na ampla bacia Amazônica.

As terras do rio Branco representavam a parte terminal da linha de penetração portuguesa no decorrer dos séculos XVII e XVIII, com exceção de algumas expedições que se interiorizavam.

Alguns produtos eram coletados na região de florestas inundadas, na parte sul, mais próxima ao rio Negro, e somente no final do século XVIII é que se inicia uma atividade pecuária mais efetiva. No início do século XX, a atividade garimpeira começa a se instalar e a coleta da borracha na região do rio Branco teve pouca importância, contrária a outras áreas da Amazônia. Na região de floresta hoje roraimense, a planta produtora de látex era de inferior qualidade e se distribuía de forma dispersa.

Sobre os fatores pretéritos e as rugosidades que incidem como agentes determinantes da ocupação e urbanização de Roraima, Barbosa (1993-1), assegura que:

Os episódios de revolta e as dificuldades de acesso a esta região favoreceram para que estas terras (efetivamente em poder brasileiro a partir de 1822) ficassem à revelia de uma pequena guarnição militar e alguns núcleos pouco habitados. Estes surgiam (ou permaneciam) devido à criação de gado recentemente introduzido.

Para Silveira & Gatti (1988), um “dos fatores que dificultaram a ocupação do Território foi à inexistência de outra via de transporte que não a fluvial, que por sua vez sofria limitações durante a vazante que ocorre no ‘verão’, nos meses de outubro a abril.”

O rio Branco, entre maio e setembro, período de chuvas em Roraima, é francamente navegável até Caracaraí, enquanto, no período de estiagem, a navegação só é acessível a pequenas embarcações. No trecho compreendido entre Caracaraí e Boa Vista, mesmo no período chuvoso, é difícil navegar devido à presença das cachoeiras de

Bem-querer e de Cojubin, agravando-se na estiagem com o surgimento de bancos de areia.

Essa área, por muito tempo, apresentava uma drástica carência de infraestrutura social e econômica necessária à estabilização do homem e desenvolvimento desse espaço, fato que corrobora o argumento de que a ocupação, e mais do que tudo, sua urbanização é movimento recente. Conforme CORRÊA¹, “a urbanização de Roraima foi um processo que pode ser classificado como tardio, incipiente e precário”.

O início do transitar nessa área se deu em meados do século XVII com as primeiras expedições, que transitavam pelo leito do rio Branco, de natureza exploratória e de posse, bem como as tropas de guerra e de resgate, com o intuito de capturar e convencer os indígenas a servirem como força de trabalho nas atividades de coleta das drogas do sertão.

Segundo Oliveira (2003), os “(...) poucos dados que dispomos e a construção imaginária do colonizador do Brasil português na conquista da Amazônia deixaram dúvidas sobre a presença de aldeamentos e postos militares portugueses nos dois primeiros séculos de colonização na bacia do Rio Branco”.

Existem relatos históricos de que, em 1624, um grupo de funcionários coloniais, assim como missionários e militares, perfazendo um total de 300 pessoas brancas, residiam em fortalezas e aldeamentos indígenas (SERRÃO, 1968).

A primeira forma de ocupação ordenada se deu, possivelmente, a partir dos jesuítas, religiosos da Ordem de Santo Inácio de Loyola. Para Miranda (2002) os jesuítas “(...) não hesitaram em se internar pelo rio-mar e fundar, em 1657, uma aldeia ‘para lá do rio negro, Nossa Senhora da Conceição, na bacia do Bóia-Açu’ no rio Branco”.

Em outro momento, a Ordem dos Carmelitas se estabeleceu na bacia do rio Branco e teve a tarefa de promover a catequese dos silvícolas, tendo seus missionários se fixado por volta do ano de 1725 e dado logo início à sua obra. Segundo Guerra (1957), nesse período, início do século XVIII, eles fundaram a povoação de Santa Maria, a montante do igarapé Jarani, abaixo das cachoeiras no rio Branco.

De acordo com Silveira & Gatti (1988),

As primeiras notícias que se têm do Rio Branco são do século XVII, por ocasião da viagem de Pedro Teixeira em 1639, com a tomada de posse do Amazonas pelos portugueses, quando foi fundada a capitania de São José do Rio Negro. Dispersos pelo Vale do Rio Branco, encontravam-se vários povos indígenas.

A capitania de São José do Rio Negro, fundada em 1755, originou a província e o atual estado do Amazonas, tendo sido à base de penetração de tropas de resgate, implantação de missões e prelaças no Rio Branco, que acarretou o contato interétnico e o início de um novo processo de produção do espaço hoje tido como roraimense, quando os indígenas iniciaram um processo de deslocamento, fugindo dos colonizadores que ali se instalavam ou circulavam, já que através de um percurso inverso, isto é, a partir do norte da América do Sul, contrário a quem subia pelo rio Negro e Branco, ocorreu diversos deslocamentos para as terras banhadas pela bacia do Rio Branco.

¹ Entrevista realizada com o Prof. Roberto Lobato Corrêa, em 16 de agosto de 2004, no Departamento de Geociências da UFRJ.

Para a ocupação dessas áreas pelos portugueses, vários embates ocorreram entre diversos grupos de colonizadores, com o fim de se apossarem dessas terras, com Portugal efetivando sua posse. Presume-se que a estratégia de Portugal para dominação desse espaço relaciona-se ao rio Branco que, sendo afluente do rio Negro e tendo sua foz próxima à antiga capital da Capitania de São José do Rio Negro – Barcelos –, facilitava o deslocamento de Norte a Sul de possíveis invasores que, oriundos das atuais Guianas e Venezuela, navegando pelos rios Uraricoera ou Tacutu e desaguando no Branco, poderiam ocupar a região ou invadir a capital da Capitania.

Diante dessas questões, sugerimos que o Forte de São Joaquim significava uma espécie de fronteira, implantada para a proteção de Barcelos, capital da Capitania de São José do Rio Negro, atual estado do Amazonas, o que possivelmente explica a ocupação desse espaço roraimense pelos portugueses, que passou a figurar como parte da referida capitania.

Assim, a partir da capital da Capitania de São José do Rio Negro, foram enviados engenheiros para estudar e mapear a área do rio Branco, que fazia parte dessa capitania, já que ocorriam relatos da entrada de estrangeiros na área.

Entre essas entradas, destacam-se as sucessivas “invasões” na região do Rio Branco, por parte de ingleses e holandeses desde 1725, entre as quais a que ocasionou o encontro entre os padres carmelitas que subiam o rio Branco, via rio Negro e os holandeses que, em 1750, provenientes das Guianas, adentravam a região também pelo rio Branco. Para alguns pesquisadores, esse encontro provocou a primeira discussão quanto à necessidade de fortificar a área.

Amparados em Farage (1991), e a partir das datas citadas, percebemos que a ordem régia de 1752, para a construção dessa fortaleza, ficou mais de vinte anos parada, tendo sido patrulhada a região por soldados ou, como a pesquisadora afirma, por moradores da vizinhança.

Vale à pena ressaltar a presença dos espanhóis que, a partir de 1760, adentravam a região. Segundo Miranda (2002), no mês de agosto de 1773, o espanhol Juan Marcos Zapata, escoltado por soldados fundou o povoado de Santa Rosa no rio Uraricoera e descendo esse rio durante sete dias, fixou-se num sítio conhecido por Caya Caya, o qual denominou de São João Batista. O referido pesquisador também cita que eles fundaram o povoado de Santa Bárbara no mesmo período.

Esse grupo tinha como objetivo encontrar a cidade pré-colombiana de Manoa que, de acordo com Guerra (1957), era uma lagoa dourada cobijada por espanhóis, assim como por outros povos europeus.

Através de Silva (1997), verificamos que, em torno do ano de 1770, os portugueses já haviam constatado essa movimentação e a tentativa de estabelecimento na bacia do Rio Branco, por parte de segmentos do Governo da Guiana Espanhola da Província de Angustura, estabelecida na Bacia do rio Orinoco, hoje Venezuela.

Para Vieira (2003), “o próprio Rio Branco era uma fronteira frágil, pois já se sabia como sair para o Caribe, ou chegar até ele, através dos rios Negro e Caciquari; esse último comunica o Negro com o Orinoco.”

Para essas questões, concordamos com Vieira (2003), que afirma que o “(...) avanço espanhol e holandês sobre o Rio Branco, com o objetivo também de capturar índios e de fazer negócios com outras nações indígenas, forçaram a metrópole a pensar em estratégias políticas que definissem a própria posse.”

A presença constante de europeus não lusitanos, na região, acabou chamando a atenção dos portugueses que, em 1775, partiram em uma missão para expulsar os espanhóis das que seriam as terras de Portugal, conquistando o então porto instalado pelos espanhóis, denominado de São João Batista e ocupando o forte de Santa Rosa

após ter sido abandonado pelos soldados de Espanha, que fugiram após lutarem com os portugueses.

Com a conquista da região pelos portugueses, no mesmo ano, eles decidiram construir uma fortaleza que teria o objetivo de proteger essa área, o que desencadeou a construção do Forte de São Joaquim entre 1775 e 1778, marco administrativo e militar português na área, que fazia parte da então Capitania de São José do Rio Negro.

Manuel Lobo D' Almada, um dos governadores dessa capitania, teve a iniciativa de construir o forte e introduzir o gado bovino. Essa iniciativa era parte do projeto amazônico do Marquês de Pombal, poderoso ministro português entre 1750 e 1777, em que se pregava a necessidade de ocupação e domínio da região. As reformas instituídas nesse período incluíam expulsão dos religiosos e a entrega da administração dos aldeamentos indígenas aos militares do forte. A proposta do Marquês era de que medidas mais efetivas fossem tomadas para proteger de invasões a Amazônia e de que desenvolvessem a região no sentido mercantilista.

Segundo Farage & Amoroso (1994), a ocupação portuguesa do vale do rio Branco tem sua efetivação em fins da década de setenta do século XVIII, com caráter marcadamente político-administrativo em defesa dos seus domínios frente às possíveis invasões dos vizinhos holandeses e espanhóis ao vale amazônico. Assim, a fortificação e o povoamento das terras conquistadas, em particular das fronteiras, representavam uma prioridade para resguardar suas bases territoriais.

Para a análise dessas questões, nos amparamos em Barbosa (1993-1), que, analisando a construção do Forte de São Joaquim nesses limites, afirma que “a partir desse momento da história, foi possível considerar o início de uma modesta, porém politicamente determinada ação colonizadora nessa região.”

Tais constatações podem ser amparadas em Oliveira (2003) que, para analisar essa ocupação, afirma que a colonização portuguesa das terras do rio Branco (e o interesse pelos índios que habitam essa região), ocorrida a partir da segunda década do século XVIII decorre, conseqüentemente, do interesse português pela floresta e pelos campos amazônicos, causado pelas notícias sobre a possibilidade de mineração, da prática mercantil holandesa, do incalculável número de índios, que supriria de escravos o mercado colonial português, o que estimulou o desejo de expansão e fixação da fronteira.

Esse interesse tipicamente mercantilista no início do referido século, apresentado por Oliveira (2003), difere da ação colonizadora, defendida por Barbosa (1993-1), quando ele aponta a instalação do Forte de São Joaquim como o marco inicial de ocupação lusitana.

Entretanto, apontamos o Forte de São Joaquim como um marco na história de ocupação de Roraima e antecipamos que esse proporcionou o início da ocupação ordenada desse espaço, quando a partir dele se fundou aldeamentos e fazendas, nacionais e particulares.

Em princípio, a permanência de soldados nessa área do forte constituiu o pioneiro núcleo habitacional não indígena. E os aldeamentos indígenas estabelecidos se distribuía ao longo dos rios, Tacutu, Uraricoera e Branco.

Sendo assim, a construção desse forte entre 1775 e 1778, que objetivava defender o sistema fluvial do Rio Branco, impedindo a entrada dos holandeses e dos espanhóis nos domínios portugueses, na época, também proporcionou a ocupação efetiva e por assim dizer o povoamento e aldeamento dos indígenas da região. Segundo GUERRA (1957, p.126), a partir de 1775, o capitão de engenharia Filipe Sturm estabeleceu seis povoações, próximas à fortaleza, cuja população indígena, em 1777, já atingia um total de mais de mil índios.

Guerra (1957), ainda coloca que quando Manuel Lobo D'Almada visitou a região do rio Branco em 1787, existiam cinco povoações: Carmo, Santa Maria, São Filipe, Conceição, e São Martinho, contabilizando, em média, 931 índios aldeados.

Reforçando o exposto, Luckmann (1989), comenta que,

O Forte de São Joaquim, localizado em ponto estratégico, na confluência dos rios Uraricoera e Itacutu, teve um papel de grande importância na ocupação da Região do Alto Rio Branco (Campos Gerais). Já em 1777, antes mesmo de sua conclusão, surgiram as primeiras povoações próximas ao Forte: São Filipe (na margem esquerda do rio Itacutu); Nossa Senhora da Conceição (margem direita do rio Uraricoera e a mais desenvolvida da época); Boa Vista (margem esquerda do rio Uraricoera, próximo a Ilha de Maracá; São Felipe (margem direita do rio Branco, próximo à desembocadura do rio Mucajá e Conceição (margem esquerda do rio Branco, próximo a São Felipe.

Agora baseados no IBGE (1951), destacamos que além do forte de São Joaquim, na foz do rio Tacutu e Uraricoera, foram criados dois postos militares na zona do segundo rio citado.

Conforme Guerra (1957), “No tocante aos núcleos populacionais constituídos em sua maioria de indígenas, no século XVIII, não podemos deixar de assinalar o fato do desaparecimento de muitos deles outrora existentes (...)”

Para entendermos essa questão, reproduzimos baseados em Barbosa (1993-1), quando este se refere aos militares e missionários no rio Branco, que:

Os povoamentos foram distribuídos nas principais entradas/saídas da região. No rio Branco foram instaladas Santa Bárbara, Santa Izabel e Nossa Senhora do Carmo. No rio Uraricoera o de Nossa Senhora da Conceição e, no rio Tacutu, o de São Felipe. Este último localizado nas proximidades do forte construído (...). Outros aldeamentos devem ter existido anteriormente em função das “tropas de resgate”, muito atuantes desde o final do século XVII até meados do XVIII, mas desaparecerem rapidamente.

Esses núcleos concentravam 1.019 indígenas vivendo em conjunto com os poucos militares e religiosos e se diferenciavam dos aldeamentos religiosos anteriores (BARBOSA, 1993-1).

A instalação dessa base e desses povoados era um plano que previa a formação e consolidação de núcleos populacionais constituídos por nativos indígenas, dirigidos por militares, sediados no forte, princípio de um novo tipo de relação entre o colonizador português e os índios habitantes da região, ou melhor, o início de um processo de colonização oficial por parte do comando lusitano.

Para entender como seriam essas comunidades nessa distante história roraimense, embasados em Guerra (1957), verificamos que a classificação dada por Lobo D'Almada², quando em 1787 visitou o rio Branco, era de que constituíam cinco povoações, ou, como o mesmo descreve, eram aldeias de índios.

Essa classificação demonstra a real fragilidade da urbanização da área nesse período e reafirma a ideia de Roberto Lobato Corrêa, demonstrada anteriormente, de que a urbanização foi tardia, incipiente e precária em Roraima. De forma comparativa, a cidade de Belém, que havia surgido a partir do Forte do Presépio em 1616, na foz do rio Amazonas, já apresentava algumas características urbanas, tais como traçado urbano, residências, prédios comerciais e administrativos.

Dessa forma, repetimos que a partir de 1777, a região do Rio Branco foi ocupada

² Manoel da Gama Lobo D'Almada foi o português que governou a Capitania de São José do Rio Negro, hoje estado do Amazonas.

por aldeamentos indígenas planejados, onde se buscavam estabelecer regras de convívio e produção diferentes das conhecidas e praticadas pelos nativos. Dentro dessa realidade, devido às imposições severas dessas regras coloniais, os índios Saporás, que haviam sido aldeados pelos militares que administravam tanto o forte como esses aldeamentos, se rebelaram entre os anos de 1780 e 1781. Nessa rebelião, esses índios abandonaram e destruíram os aldeamentos, excetuando-se o de Nossa Senhora do Carmo³, que não aderiu ao levante.

Para Farage (1991), a não destruição do aldeamento Nossa Senhora do Carmo decorre de sua localização geográfica ao sul do Forte. Os demais aldeamentos, posicionando-se ao norte, estavam próximos dos territórios de origem dos índios, localização de difícil controle, pois facilitava a fuga destes. Assim sendo, apenas o de Nossa Senhora do Carmo, localizando-se mais ao sul, permaneceu sob controle dos portugueses.

Esse primeiro levante dos índios simbolizou apenas o início de outras revoltas que ocorreram nesse espaço, à época em que se planejava ocupar e povoar através de aldeamentos indígenas.

Nesse processo, após uma dispersão, nova tentativa de aldeamento ocorreu em 1784, a partir de novas aldeias, algumas inclusive com outras denominações. Destaca-se Nossa Senhora do Carmo, que havia permanecido; São Felipe, São Martinho, Santa Maria e Nossa Senhora da Conceição, encontrando-se também algumas considerações sobre o povoado de Santo Antonio, às margens do Uraricoera.

No ano de 1798, novamente os índios se rebelaram destruindo alguns desses povoados, que haviam sido restabelecidos ou implantados. A partir daí, novo combate ocorreu, tendo uma tropa de combate exterminado um grupo de índios das etnias Paravilhanas e Wapixanas, que haviam sido aldeados. Essa revolta e conflito, ocorrido no rio Branco, denominou o lugar de “praia do sangue”, devido à intensidade do conflito.

Com esse acontecimento, de acordo com Barbosa (1993-1):

A experiência dos aldeamentos no Branco não se repetiria: ao fim do século, somava-se às condições locais o declínio do sistema de aldeamentos seculares instituídos pelo Direito Pombalino, que a Carta Régia de 8 de maio de 1798 viria abolir. Do que fora essa experiência, adentraria apenas o século XIX o temor do contato dos índios com os vizinhos, agora ingleses, a borrar a fronteira.

A ATIVIDADE PECUÁRIA NOS SÉCULOS XVIII, XIX E XX

No decorrer do processo de ocupação do espaço roraimense, onde se estabeleceu o forte e os aldeamentos, se promoveu, também, o início de uma produção pecuária planejada. Como a proposta era assegurar a área ao comando lusitano, verificando-se a pouca resistência da fortaleza instalada, outros projetos foram sendo estabelecidos.

No final do século XVIII, via política colonizadora, foram igualmente instaladas as fazendas reais, mais tarde denominadas de São Bento, São José e Nacional de São Marcos, todas próximas ao forte com o objetivo de ocupação da área através da criação

³ Posteriormente, na área desse aldeamento se instalaram a Fazenda Boa Vista em 1830 e a Freguesia de Nossa Senhora do Carmo em 1858.

de gado⁴.

Nessa conjuntura, foi introduzido o gado nos campos próximos ao forte, assim como se introduziu a agricultura do arroz na região, ambos para prover a Capitania de São José do Rio Negro, mas, devido à carência de carne e de couro ser mais emblemática, os incentivos se destinaram em maior quantidade para a pecuária, o que provocou o desaceleramento da produção arrojzeira.

Essas iniciativas, segundo Santos (2004), “(...) são responsáveis pela fixação do homem branco, de cultura europeia na região.”

Um aspecto destacado por Barros (1995) é o de que o nacionalismo, com sua base territorial, tem sido uma importante força no campo do povoamento, porque há um agudo sentimento de territorialidade nessas áreas remotas, exercendo efeitos para os gastos públicos nessas fronteiras.

Dessa maneira, o processo iniciou-se com a instalação de fazendas de forma a ocupar a região efetivamente através da “pata do boi⁵”. Elas se restringiram à região do alto rio Branco, subindo em direção aos rios Uraricoera e Tacutu, pois neste processo de estruturação e planejamento, esse projeto se aplicava para evitar uma invasão coordenada por estrangeiros.

Em 1787, o Coronel Lobo D’Almada já havia afirmado, segundo Freitas (1996), que “(...) uma das maiores vantagens que se pode tirar do rio Branco é povoá-la e colonizar toda essa fronteira com a imensa gente que habita as montanhas do país.”

Dessa forma, há indícios de que o próprio Lobo D’Almada teve a primazia de ter introduzido o rebanho bovino nos campos do rio Branco, com espécies trazidas da Ilha de Marajó em sua expedição datada de 1787.

Como também há suposições de que foi ele, Lobo D’Almada, quem fundou as fazendas nacionais com o rebanho comercializado ou resgatado dos espanhóis que haviam fugido, quando os portugueses os expulsaram em 1775. Da mesma forma, relata-se que o gado trazido de Tefé, Amazonas, foi usado para fundar a primeira fazenda denominada São Bento, fundada no ano de 1789, praticando a atividade pecuária num processo em que ocorreu expansão e ocupação. Em 1794, foi criada a

⁴ Percebemos que existem diferentes formas de tratamento dispensadas para essas fazendas. Para (BARROS, 1995, p.46), se instalaram três fazendas estatais, denominadas de Fazendas Reais. Para (BARBOSA, 1993-1, p.129), fundaram-se as primeiras fazendas de gado da região no final do século XVIII, denominadas Fazendas Nacionais. A oeste, entre o rio Uraricoera e o rio Branco, fundou-se a fazenda do Rei, São Bento. Dessa criou-se a segunda e posteriormente criaram a terceira. Para (OLIVEIRA, 2003, p.100), em nota de rodapé, “Essas fazendas eram de particulares, mas ficaram conhecidas na região como “Fazendas Reais” e depois “Nacionais”. Para (MAGALHÃES, 1987, p.138): “Estabeleceu-se a Fazenda do Rei, a primeira a ser instalada nessa região”. “Sucessivamente, foram fundadas outras fazendas, que mais tarde, vieram a formar as Fazendas Nacionais”. Para (VIEIRA, 2003, p.34 - 35), “(...) a Coroa Portuguesa fundou três fazendas estatais na região, no final do século XVIII. As chamadas fazendas Reais (...).”

Frente às diferentes formas de tratamento, em nossa pesquisa, optamos pela designação de fazendas nacionais, como uma forma única de tratamento.

⁵ Forma de ocupação a partir da introdução do gado bovino nesse espaço.

segunda fazenda, denominada São José e, em 1799, fundado a terceira fazenda chamada de São Marcos.

Outra versão propõe que o Capitão José Antonio de Évora teria fundado a fazenda São José e o Capitão Nicolau de Sá Sarmento a São Marcos. Da fazenda São Bento não haveria notícia de quem a teria fundado. Argumenta-se, também, que essas fazendas teriam sido criadas por três irmãos, (José, Bento e Marcos), que não teriam cumprido suas obrigações com a Coroa ou teriam morrido sem deixar testamento, sendo, portanto, seus bens incorporados ao patrimônio da coroa portuguesa.

A versão colocada por Macaggi (1976) é a de que, após a expulsão dos espanhóis, os irmãos portugueses, José, Joaquim e João trouxeram algumas reses do rio Solimões, situando-as nas fazendas denominadas São João, São Joaquim e São Bento, que se localizavam duas no rio Uraricoera e outra na foz do rio Tacutu. Depois do falecimento dos proprietários, o Governo Federal apossou-se do rebanho por falta de herdeiros. Posteriormente essas fazendas foram arrendadas ao Barão Pereira Bastos quando, conseqüentemente, o rebanho passou a ser de sua propriedade e foi vendido a Sebastião Diniz que, com esse gado, fundou diversas fazendas ao longo do rio Branco.

Essas fazendas nacionais tiveram seu tempo áureo, mas entraram em decadência, como é o caso da fazenda São José, que foi anexada a fazenda São Marcos e tinha tido sua sede como a povoação sede do forte de São Joaquim.

Assim, foram criadas fazendas particulares por militares do forte e por imigrantes que se deslocavam de outras regiões do Norte e do Nordeste brasileiro, entre elas, a Fazenda Boa Vista, fundada em 1830, às margens do rio Branco.

Para entender esse processo, amparados em Barbosa (1993-1), percebemos que

Ao mesmo tempo em que havia um discreto incremento nas atividades criatórias particulares, as fazendas nacionais mostravam sinais de decadência. A de São José foi incorporada a de São Marcos, em 1841, e a de São Bento perdeu lugar para os poucos colonos que se utilizavam dessas terras.

Dessa forma, no ano de 1915, essas fazendas passaram para a administração do SPI -Serviço de Proteção ao Índio, sendo que a de São Marcos, é a única existente até hoje, sendo a reserva indígena São Marcos, demarcada e homologada em Roraima.

Particularmente, a instalação dessas fazendas, era uma forma de assegurar a posse portuguesa nos espaços da periferia amazônica, através da atividade pecuária. Nessa conjuntura, essa proposta geopolítica de proteção de fronteira tinha como forma, modelo e prática, abastecer as áreas do rio Negro e do Amazonas de carne bovina.

O que se constatou é que as fazendas particulares se multiplicaram, inclusive com áreas das fazendas nacionais, no decorrer do século XIX. As fazendas São Bento e São José foram ocupadas por posseiros no início do referido século, tendo sido também usurpadas por seus antigos administradores e arrendatários (BARBOSA, 1993-1).

No ano de 1886, já se contavam oitenta fazendas particulares, tendo alterado esse número no ano de 1906 para 142, com um rebanho bovino estimado em 2.000 cabeças de gado, como atesta BARROS (1995).

Silva (1997) comenta:

Não se tem registro ou mesmo testemunho físico de construção das sedes destes estabelecimentos que pudessem ser identificados, como aconteceu em outras áreas econômicas do País, a exemplo dos engenhos de cana-de-açúcar, no litoral oriental do Nordeste brasileiro ou dos núcleos urbanos das Minas Gerais formados a partir da mineração.

Constatamos, porém, que algumas poucas exceções ocorreram, tal como a sede da fazenda Boa Vista, fundada no ano de 1830, às margens do rio Branco, que deu origem à Freguesia de Nossa Senhora do Carmo, que originou a atual Boa Vista. Porém, essa gênese compreende uma larga história.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Propomos que a área que compõe o estado de Roraima teve um conjunto específico de fatores econômicos e políticos que geraram a ocupação e a urbanização do seu espaço, integrado a uma realidade de fronteira isolada e que ainda influencia na sua estrutura atual, como o estado menos populoso e menos povoado do Brasil.

Quem colabora com essa afirmação são Santos (2004) e Abers & Lourenço (1991), ao afirmarem que Roraima teve um processo histórico evolutivo diferente dos demais estados da Amazônia e que possui um conjunto específico de fatores econômicos e políticos, únicos na história da Amazônia.

Roraima contrariou a vocação regional quando a extração da borracha marcou a região amazônica, integrando parte da região à economia internacional, propiciando grandes mudanças nos espaços que estavam integrados a esse ciclo. Essa contrariedade se explica porque o látex extraído da seringueira nativa de Roraima era de qualidade inferior, se comparado a outras regiões da Amazônia. Havia uma pequena concentração de árvores seringueiras, no extremo sul, região do baixo rio Branco, o que dificultava o trabalho de coleta. Além disso, o escoamento da produção não era fácil de ser realizado pelos rios dessa área.

Contrariamente, nesse período, parte do território hoje roraimense permaneceu tendo como principal base econômica a pecuária, que abastecia o mercado consumidor da cidade de Manaus, núcleo urbano que tinha a borracha como impulsionadora de seu desenvolvimento.

A importância desse espaço no cenário fronteiriço amazônico ocorre como base de consolidação do homem português na fronteira no século XVIII e XIX, assim como na década de 1940, quando o governo do Brasil consolidou sua permanência com a criação do Território Federal do Rio Branco. Ao longo desse tempo, Boa Vista ganha a condição de vila, quando se criou o município de Boa Vista do Rio Branco, em 1890. Posteriormente, alcança o *status* de cidade em 1926 e de capital, quando se cria esse Território em 1943 e o estado em 1988, em contexto e programa político de defesa da fronteira, determinado pelo poder central, em função da reorganização política brasileira do Estado Novo.

No princípio do século XX, há de se destacar ainda a situação de isolamento dessa área com relação ao restante do território brasileiro, que promovia fortes restrições ao seu desenvolvimento, principalmente devido ao alto custo dos transportes que eram realizados por vias fluviais ou aéreas.

Nessa conjuntura de isolamento, há de se entender o baixo índice de ocupação desse território, sem deixar de considerar que alguns pesquisadores apontam falta de interesses econômicos para sua exploração.

A esses aspectos acrescentamos também que nessa fronteira, devido à localização geográfica de Roraima, a distribuição dos centros urbanos e da população possui algumas peculiaridades que as diferenciam de outras áreas amazônicas, interligadas a projetos políticos tardios, ao difícil acesso por um longo tempo. A sua localização geográfica lhe proporcionou ser considerada à periferia da periferia.

No geral, o que se observa, de acordo com os números, é que os movimentos migratórios, ocorridos na década de 1930 com os garimpos, a instalação do Território Federal em 1943, conjuntamente com a abertura das rodovias e implantação dos projetos de colonização

na década de 1970, apesar do importante aumento, não surtiram efeitos tão grandes como o movimento migratório que ocorreu nos anos de 1980, quando a nova frente garimpeira e a fronteira agrícola motivaram grande deslocamento em direção a Roraima, promovendo o *boom* demográfico: a população ultrapassou a casa dos 100.000 habitantes.

A distribuição dessa população, entre os quinze municípios, está relacionada aos diversos determinantes que atuaram ao longo do século XX, provocando estagnação ou o fortalecimento destes. Em muitos casos, ao mesmo tempo em que alguns lugares cresciam, outros retroagiam, pois os fluxos migratórios estavam relacionados a determinantes econômicos e políticos, entre outros, que não atuavam diretamente em todo o território.

Assim, Abers & Lourenço (1991) asseguram que três mudanças trabalharam juntas para criar um *boom* demográfico em Roraima – a corrida ao ouro, principalmente durante a década de 80; a intensificação da presença militar com a introdução do Projeto Calha Norte em 1985, e a transformação de território em estado de Roraima em 1988. Além desses três fatos históricos, acrescente-se que Boa Vista se encontrava mais preparada do que qualquer outra cidade para absorver esse crescimento, recebendo, dessa forma, o volume quase total da expansão econômica e demográfica em Roraima. Isso talvez defina sua exagerada concentração demográfica.

Dois considerações podem ser feitas sobre essa questão: investimentos públicos deram ênfase à construção de um centro burocrático e uma base militar na capital do estado; o crescimento urbano de Roraima não surgiu da mobilização de excedentes econômicos, mas se deu em um contexto geopolítico, no qual o processo de ocupação humana foi direcionado por um estado absolutista, consumando um processo de afirmação territorial (ABERS & LORENÇO, 1991).

A concentração da população nas cidades do estado deve-se, em parte, aos empreendimentos dos governos federais e estaduais que implementaram políticas de colonização e incentivo à migração para a área rural. O problema é que, com a falta de resultados positivos nessas políticas, a população migrou para as cidades, devido à ausência de condições de permanência nessas áreas. Outros fatores foram a “corrida do ouro” na década de 1980, que poderia ter suscitado efeitos contrários; no entanto, em razão da localização dos garimpos em regiões distantes de centros urbanos, os garimpeiros tinham as cidades como referências e ponto de comercialização e contato com a família. Em alguns casos, eles ficavam residindo nas cidades, principalmente em Boa Vista. A capital também teve esse crescimento através do setor terciário, com o deslocamento de funcionários públicos para ocupar cargos nessa cidade, que dispunha igualmente de uma melhor infraestrutura de serviços, comércio e lazer para os que para lá se dirigiam.

Nessa conjuntura, há de se avaliar que o êxodo rural tem sido significativo para essa cidade, por causa da precariedade dos assentamentos e da fixação do colono no campo, associado ao baixo índice de produtividade da terra.

Dessa forma, apesar da pouca representatividade de Roraima, quando comparado ao restante da região amazônica e ao Brasil, aponta-se que essa condição pode ser alterada, tendo em vista a sua privilegiada situação geográfica, que hoje é interpretada por outro viés. Se antes foi um determinante para um crescimento pequeno, apresenta-se na atualidade como um impulsionador.

Esse privilégio ocorre principalmente dentro de uma conjuntura em que a Venezuela é oficializada como integrante do MERCOSUL e quando se tem uma interligação rodoviária com esse País, estendendo-se até o mar do Caribe, mais precisamente à cidade de Puerto La Cruz, percorrendo 1.200 km e à cidade industrial de Puerto Ordaz, no estado Bolívar, localizada a 700 km de Boa Vista, através da BR-174 e da *carretera* panamericana.

Da mesma forma, o projeto de potencialização do Porto de Berbice na Guiana, nas águas do Oceano Atlântico, e a interligação rodoviária com esse porto e com a capital Georgetown representam outro grande trunfo de crescimento para Roraima. Localizado a 641 km de Boa Vista, Georgetown, com seu porto, terá potencial de implantação de serviço internacional de contêiner padrão, o que facilitará o escoamento da produção agrícola roraimense e a importação de mercadorias para esse estado. Além do mais, existem projetos para que o escoamento da produção do polo industrial de Manaus seja realizado por esse porto,

o que torna Roraima, obrigatoriamente, passagem da produção do maior polo industrial amazônico.

Essa localização geográfica também é vendida como potencialidade para a expansão da atividade de turismo, quando os projetos destacam os traços geomorfológicos de rara beleza do norte e nordeste do estado, os campos naturais formados por savanas, as florestas tropicais, habitadas pelos indígenas, entre eles os Yanomamis, considerados os povos mais primitivos contatados na terra, os seus rios, lagos, cachoeiras e o ponto mais setentrional do Brasil, o Monte Caburá.

REFERÊNCIAS

- ABERS, Rebecca & LOURENÇO, Alberto. Gold, Geo-Politics and Hyper-urbanization in the Brazilian Amazon: The Case of Boa Vista, Roraima. In: FADDA, Giulietta, ed. **La Urbe Latinoamericana ante el Nuevo Milenio**. Caracas: Fondo Editorial Acta Científica Venezolana, 1991.
- BARBOSA, Reinaldo Imbrósio. Ocupação Humana em Roraima. I. Do Histórico Colonial ao Início do Assentamento Dirigido. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, 9 (1): 123-144. Belém, 1993-1.
- _____. Ocupação Humana em Roraima. II. Uma Revisão do Equívoco da Recente Política de Desenvolvimento e o Crescimento Desordenado. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, 9 (2): 177-197. Belém, 1993-2.
- BARROS, Nilson Cortez Crocia de. **Roraima paisagens e tempo na Amazônia setentrional**. Recife: Ed. Universidade Federal de Pernambuco, 1995.
- BEAUJEU-GARNIER, Jacqueline. **Geografia urbana**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997.
- CORREIA, Roberto Lobato. **Trajetórias Geográficas**. 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- CLARK, David. **Introdução à geografia urbana**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil S.A., 1991.
- FARAGE, Nádia. **As muralhas dos sertões: os povos indígenas no Rio Branco e a colonização**. Rio de Janeiro: Paz e Terra; ANPOCS, 1991.
- FARAGE, Nádia & AMOROSO, Marta Rosa (Orgs.). **Relatos da Fronteira Amazônica no século XVIII**. Documentos de Alexandre Rodrigues Ferreira e Henrique João Wilckens. São Paulo: NHII-USP e FAPESP, 1994.
- FERREIRA, José Freire da Silva et ali. **Rede Urbana Amazônica. Subsídios para uma política de desenvolvimento regional e urbano**. UFPA, NAEA, Belém, 1977.
- FERRI, Patrícia. **Achados ou perdidos a imigração indígena em Boa Vista**. Goiânia: 1990.
- FREITAS, Aimberê. **Geografia e História de Roraima**. 4 ed. Manaus: Grafima, 1996.
- GEIGER, Pedro Pinchas & DAVIDOVICH, Fani. Aspectos do fato urbano no Brasil in **Revista Brasileira de Geografia**. Ano XXIII – abr/jun nº2, 1961.
- GOITIA, Fernando Chueca. **Breve História do Urbanismo**. Editorial Presença – Portugal e Martins Fontes - Brasil, 1982.
- GUIMARAES, Pedro Paulo. **Configuração urbana: evolução, avaliação, planejamento e urbanização**. São Paulo: Prolivros, 2004.
- GUERRA, Antônio Teixeira. **Estudo Geográfico do Território do Rio Branco**. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1957.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2000. Características da população e dos domicílios – Resultado do Universo**. Rio de Janeiro: 2000.
- _____. **Sinopse Estatística do Município de Boa Vista, Território do Rio Branco**. Rio de Janeiro, 1951.
- LUCKMANN, Donato. **Historia e Geografia do Município de Boa Vista**. Série Roraima através dos municípios. Boa Vista, FECEC: 1989.

- MACAGGI, Nenê. **A Mulher do Garimpo (O romance do extremo sertão norte do Amazonas)**. Manaus: Composto e Impresso nas Oficinas Gráficas da Imprensa Oficial, 1976.
- MAGALHÃES, Dorval de. **Roraima informações históricas**. Rio de Janeiro, 1987.
- MIRANDA, Alcir Gursen De. **Historiando a terra de Macunaima (a questão indígena)**. Boa Vista: Faculdade Atual/Instituto Gursen de Miranda, 2002.
- MUNFORD, Lewis. **A Cidade na História**. São Paulo: Martins Fontes Editora Ltda, 1991.
- OLIVEIRA, Reginaldo Gomes de. **A herança dos descaminhos na formação do Estado de Roraima**. São Paulo, FFLCH, USP, 2003. (Tese de doutorado).
- SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. 5. ed. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005. (Coleção Milton Santos ; 6).
- SANTOS, Nélvio Paulo Dutra. **Políticas Públicas, Economia e Poder: O Estado de Roraima entre 1970 e 2000**. Belém: Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, UFPA, Belém, 2004. (Tese de doutorado).
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo. **Do Brasil Filipino ao Brasil de 1640**. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1968.
- SILVA, José Rogério Arruda. **Ocupação e colonização em Roraima: a colônia da Confiança III em Bonfim**. Recife: CFCH, UFPE, 1997. (Dissertação de Mestrado).
- SILVA, Paulo Rogério de Freitas. **Dinâmica Territorial Urbana de Roraima – Brasil**. São Paulo: USP, FFLCH, PPGGH, 2007 (Tese de Doutorado).
- SILVEIRA, Isolda Maciel da & GATTI Marcelo. **Notas sobre a ocupação de Roraima, migração e colonização**. Bol. Mus. Pará, Emílio Goeldi, Sér. Antropoll 4 (1), 1988.
- VIERA, Jaci Guilherme. **Missionários, Fazendeiros e Índios em Roraima: a disputa pela terra – 1777 – 1980**. Recife: CFCH, UFPE, 2003. (Tese de doutorado).